

Desenvolvimento Econômico

Geração de Renda

Orçamento Participativo

2002

CICLO TEMÁTICO



COORDENADORIA DA
Participação Popular

ORÇAMENTO
PARTICIPATIVO
Você decide.
A Prefeitura faz.

PREFEITURA DA CIDADE DE
São Paulo
GOVERNO DA RECONSTRUÇÃO
SECRETARIA DO GOVERNO

GT Desenvolvimento Econômico e Geração de Renda

Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade (SDTS)
Secretaria de Finanças e Desenvolvimento Econômico (SF)
Secretaria Municipal de Planejamento Urbano (SEMPULA)

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO SECRETARIA DO GOVERNO MUNICIPAL

Coordenadoria Especial do Orçamento Participativo

op@prefeitura.sp.gov.br
fone: 3315-9077 ramais: 2091 e 2281

Coordenadoria da Participação Popular

cpp@prefeitura.sp.gov.br
fone: 3315-9077 ramais: 2303 e 2339

Rua da Figueira, 77
Parque Dom Pedro II
CEP 03003-000
São Paulo - SP

Agradecimento: SIS - Secretaria de Implementação das Subprefeituras
pela cessão do espaço e infra-estrutura para os seminários

Participe do OP - 2002

Temáticas:

Preparatórias - Abril/2002 (em 9 macro-regiões)
Deliberativas - Maio/2002 (em 9 macro-regiões)

Territoriais:

Preparatórias - Junho/2002 (em 270 áreas censitárias)
Deliberativas - Julho/2002 (em 96 distritos)

Informe-se em sua regional ou nas coordenadorias.

Telefones para informações sobre OP 2002

Regional	Supervisor	Telefone
Cidade Ademar	João Alberto	5632-0973
Aricanduva/ Vila Formosa	Virginia	6674-1994 R. 223
Butantã	Fábio	3742-7211 R. 113
Campo Limpo	Hermes	
	Maria Antonieta	5841-5434
Capela do Socorro	Cassia	5667-3700 R. 2028
Casa Verde	Ana Maria	3965-0640 R. 207
Ermelino Matarazzo	Luiz Antonio	6546-4992
Freguesia do Ó	Irlaine	3859-4600
Guaianases	Ricardo	6961-0602
	Celina	
	Luis	
Ipiranga	Alessandra	6163-3666 R. 207
Itaquera	Marcos	6944-0555
Jabaquara	Angela	5588-3229 R. 211
	Edmundo	5588-3229 R. 212
Jaçanã/ Tremembé	Alexsandro	6241-1122 R. 206
Lapa	Valter	3673-6022 R. 204
Vila Maria/ Vila Guilherme	Risodalva	6909-0113
	Valdir	
Mooca	Gutemberg	6694-2778
		292-2122 R. 386
São Miguel Paulista	Neusa	6297-1377
Penha	Neninha	6957-5760
Pinheiros	Suria	3031-2777
		R. 119 / 164
Pirituba/ Jaraguá	Girlene	3901-4844
	Viviane	
Perus	Dimas	3917-0904 R. 232
Santo Amaro	Ygor	5687-0329
Sé	Claudia	227-6098
São Mateus	Fábio	6736-1183
Santana	Helvio	201-7699
	Janio	
Vila Mariana	Armindo	5572-3982
Vila Prudente	Ademir	6211-6488
Itaim Paulista	Vonivaldo	6566-3744
Posto Av. Parelheiros	Edson Araujo	5920-8905
Posto Avançado Tatuapé	Márcia	6991-8654

Informações:

3315-9077 ramal 2091

www.prefeitura.sp.gov.br/cidadania/op

○ Orçamento Participativo

é um mecanismo inovador da gestão pública que se baseia na participação popular e na decisão pública sobre a melhor alocação dos recursos e das verbas da municipalidade para a produção de obras e serviços.

Trata-se de uma inovação nas políticas públicas que vem sendo implantadas com sucesso em prefeituras e governos estaduais seriamente comprometidos com a gestão democrática e participação cidadã.

aplicação de critérios distributivos segundo parâmetros que levam em conta população envolvida, carências e demandas não atendidas e preferência popular apurada.

Ao lado dessa importante ação redistributiva o OP

○ Orçamento Participativo supõe a criação de uma espaço público não estatal que se baseia na participação livre, universal e democrática de todos os moradores da cidade na definição de prioridades orçamentárias e de obras e serviços com base na



■ ■ ■ c o n t i n u a ç ã o

é um fórum cidadão de competências e atribuições reconhecida pelo Poder Municipal.

○ Conselho do Orçamento Participativo

é formado por conselheiros eleitos por meio de reuniões públicas que elegem delegados e que indicam as prioridades orçamentárias e as obras e serviços a fazerem parte da peça legal que, a cada ano, o Poder Executivo manda para apreciação da Câmara Municipal de Vereadores. As regras de todo esse amplo e abrangente processo de participação e de consulta popular são pactuadas e definidas pelo próprio Conselho do OP em que a população, através

dos seus representantes, vota e decide e onde o governo municipal participa com seus representantes sem direito a voto. Dessa forma, a participação cidadã se realiza e o planejamento democrático das ações do poder público se materializa.

Para este ano, o Conselho do OP e a Prefeitura realizarão o OP levando em conta seus aspectos temáticos e territoriais, visando discutir 100% do orçamento municipal. Para isso, o Conselho do OP a ser formado atenderá aos dois processos de reunião que serão realizados.

No OP territorial a população decide obras e serviços prioritários e escolhe delegados para melhor representar suas

demandas. No OP temático a população participa de uma das 5 reuniões temáticas (transporte e circulação; saneamento ambiental e recursos hídricos; desenvolvimento econômico e geração de renda; cidadania, inclusão social e combate à pobreza; e habitação e desenvolvimento urbano) para decidir a prioridade a ser dada pela prefeitura nas políticas setoriais e para escolher seu delegado.

Participe das reuniões do Orçamento Participativo e ajude a construir uma cidade de melhor qualidade para todos, feita com justiça, democracia e participação.

notações

Em 2001, foram beneficiados:

Zona Leste - Lajeado (9.083), Cidade Tiradentes (10.110), Iguatemi (6.125), Vila Prudente (1.281) e Parque São Lucas (1.642);

Zona Sul - Capão Redondo (11.885), Grajaú (17.110), Jardim Ângela (12.685), Marsilac (657), Parelheiros (6.238) e Sacomã (4.757);

Zona Norte - Brasilândia (11.333);

Zona Oeste - Anhanguera (2.483)

Em 2002, foram selecionados:

Centro - Sé (470), Brás (263), Bom Retiro (299), Pari (259);

Norte - Cachoeirinha (6.668), Jaçanã (4.874), Jaraguá (7.011), Perus (2.658), Santana (691), Vila Maria (2.751);

Sul - Campo Limpo (8.770), Cidade Ademar (7.290), Cidade Dutra (11.475), Jabaquara (5.083), Jardim São Luiz (10.576), Pedreira (9.355), Socorro (23), Vila Andrade (2.552);

Leste - Cidade Líder (3.787), Ermelino Matarazzo (4.141), Guaianases (8.323), Itaim Paulista (10.648), Itaquera (5.848), Jardim Helena (6.163), José Bonifácio (3.353), Parque do Carmo (2.516), São Mateus (6.579), São Miguel (4.227), São Rafael (7.648), Sapopemba (11.304), Vila Curuçá (7.465), Vila Jacuí (6.716);

Oeste - Barra Funda (219), Jaguaré, (794) Raposo Tavares (2.572), Rio Pequeno (3.100), Vila Leopoldina (217).

A implementação e a condução da estratégia paulistana de desenvolvimento socioeconômico a partir da integração e articulação das mais diferentes secretarias municipais, assim como a parceria com a sociedade, conduz a uma nova geração de políticas sociais e do trabalho capazes de resultar em condições mais adequadas de rompimento com o ciclo estrutural da pobreza e da desigualdade de renda. Uma outra cidade é possível, com desenvolvimento e inclusão social.

Sumário

diagnóstico

01

diretrizes

12

ações em 2002

14

anotações

20

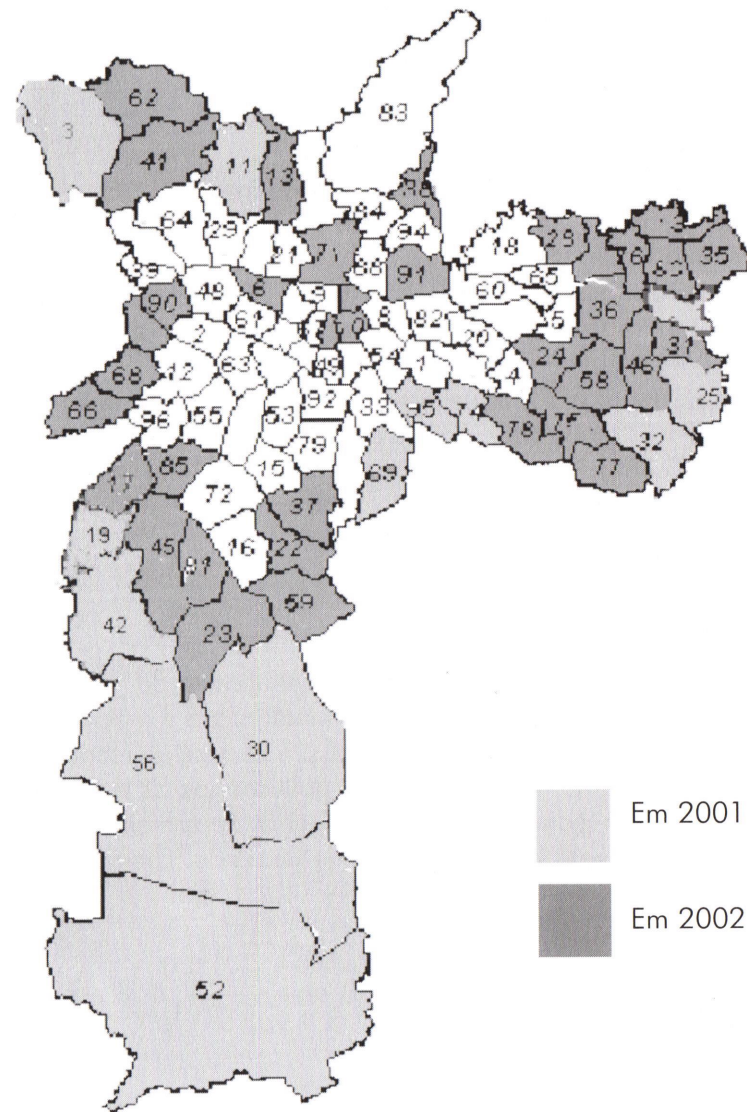
As transformações experimentadas pela economia mundial nas duas últimas décadas do século XX, mais especialmente a partir dos anos 90, produziram mudanças substantivas tanto na dinâmica quanto na geografia urbana das grandes cidades, algumas delas passando a ser consideradas ou pretendendo ser "cidades mundiais".

Nas metrópoles do mundo não desenvolvido, esse conjunto de transformações se objetiva na intensificação de uma configuração dual, em que as diferenças se aprofundam e riqueza e pobreza extremas convivem lado a lado, segregando, quase que exclusivamente pelo endereço, excluídos de incluídos.

Em nosso país, São Paulo é, seguramente, o exemplo mais bem acabado desse mundo dividido, no qual o país foi inserido mais fortemente desde o início dos anos 90, com a adoção definitiva da agenda neoliberal pelo governo central. De um lado temos um arremedo de "cidade global", com elites internacionalizadas, procurando se proteger da violência gerada pelo crescimento da miséria, enclausurando-se em supostas redomas, em que a vida seria "de primeiro mundo"; de outro a pobreza em grande escala das enormes áreas periféricas, regiões superpovoadas, em total desamparo, esquecidas pelo poder público, dilaceradas pela violência e onde o que impera é o desalento.

Nesse contexto, ainda que no restrito âmbito das políticas municipais e por piores que sejam suas condições financeiras, o que cabe ao poder público local é tentar minimizar e, se possível, reverter, esses resultados perversos, que impedem que a cidade seja um espaço de convívio civilizado, humano e solidário. Somente com a atuação firme e decidida do poder público, tanto mais forte quanto maior for a participação da população no curso de suas decisões, torna-se possível enfrentar a força das tendências produzidas pelo processo de globalização e pelas políticas econômicas dele derivadas.

DISTRITOS ATENDIDOS





Os investimentos que se espera realizar ao longo dos próximos anos, bem como os programas que se espera implementar nesse período, têm, portanto, como seu princípio básico, minimizar a exclusão social que vitima parte substantiva da população.

Reverter, ainda que parcialmente, esse quadro, implica não só aumentar a quantidade dos equipamentos públicos prestadores de serviços à coletividade, como garantir as condições para seu pleno funcionamento e para a melhora da qualidade dos serviços prestados. Implica ainda implementar programas que reduzam as disparidades de renda e também recuperar, da degradação a que foram submetidas nos últimos anos, as condições físicas da cidade, seus espaços públicos e o transporte coletivo, além de criar condições para o equacionamento do problema habitacional, seguramente um dos mais sérios da cidade. Implica finalmente resgatar a autoestima do morador de São Paulo, particularmente aquele das áreas de maior exclusão, criando e aprimorando mecanismos de participação popular nas decisões que envolvem os recursos públicos.

As considerações que se seguem visam a apresentar, de modo sintético, a situação socioeconômica do município de São Paulo. Assim, apresenta-se uma radiografia do perfil produtivo da cidade, bem como de sua evolução recente. Posteriormente faz-se uma análise mais detalhada dos instrumentos que podem e estão sendo utilizados pela atual administração do Município para minimizar e se possível reverter o perverso quadro de dualidade experimentado pela cidade.

**Perfil produtivo:
atividade econômica, emprego e renda**

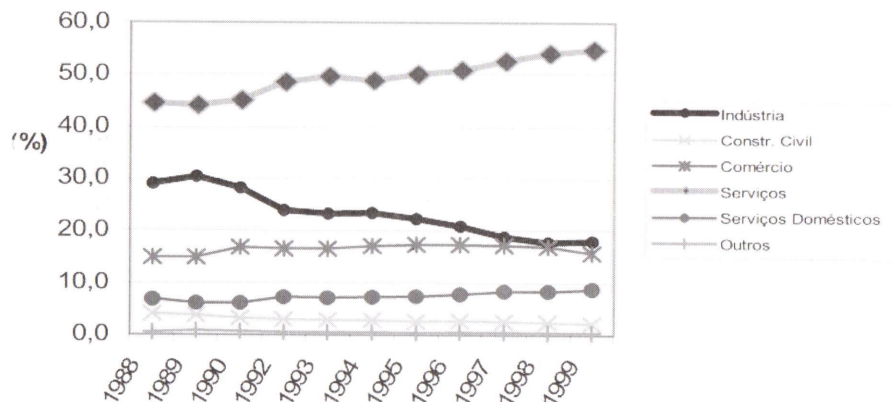
Como indicamos acima, as enormes transformações experimentadas pela economia mundial nas duas últimas décadas tiveram conseqüências de variada ordem, dentre as quais uma mudança substantiva na dinâmica econômica das grandes cidades. Dentre os traços que mais se destacam nesse conjunto de mudanças, está o processo de reestruturação produtiva, que acabou por conferir a esses grandes espaços urbanos um perfil produtivo crescentemente concentrado no setor terciário. Muitas das alterações recentes da geografia urbana dos grandes centros, verificada em vários países do mundo, decorreu da disposição dos setores privado e

■■■ continuação

público de transformá-las em poderosos centros financeiros, de consumo e de entretenimento.

São Paulo não foi exceção a essa regra. A despeito da importância que ainda detém o setor industrial, é inegável que o setor de serviços vem crescendo em importância em nossa cidade. O gráfico I abaixo mostra a distribuição dos ocupados no município de São Paulo no período 1988-1999, onde fica evidenciada essa tendência. Além disso, dados da RAIS indicam que, em 1998, dos 504 estabelecimentos com mais de 500 empregados, apenas 122 são do setor industrial, enquanto que os do comércio e de serviços somam 382.

Gráfico I
Distribuição dos ocupados segundo ramos de atividade
Município de São Paulo
1988 - 1999



Fonte: Convênio SEADE-DIEESE. Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Por outro lado, é importante constatar que, de acordo com informações extraídas da Pesquisa da Atividade Econômica Paulista (PAEP), realizada pela Fundação SEADE, o processo de deslocamento industrial em direção ao interior do Estado de São Paulo, ocorrido na década de 1970 e parte da década de 1980, não se confirmou nos anos posteriores. Nos anos 1990 o peso da Região Metropolitana de São Paulo e do Município da capital continuou expressivo no contexto da produção industrial e, dentro desta, nos gêneros que formam o núcleo dinâmico da indústria de transformação nacional: os complexos metal-mecânico, eletroeletrônico e de comunicações e petroquímico (borracha e material plástico).

■■■ continuação

O Programa de Capacitação Ocupacional e de Aprendizagem em Atividades de Utilidade Coletiva visa difundir tanto a educação para o trabalho, a partir das deficiências do funcionamento do mercado de trabalho, quanto a educação para a vida comunitária, de envolvimento com o bem estar e a universalização da cidadania. Já o Programa Oportunidade Solidária compreende a generalização da aprendizagem em empreendimentos coletivos (associativos, cooperativas e comunitários) e individuais, objetivando constituir bases de ampliação das condições de geração de ocupação e renda para os mais pobres.

Ainda dentro do segundo bloco programático convém ressaltar o papel do Programa Central de Crédito Popular São Paulo Confia, voltado para a difusão do microcrédito no município de São Paulo, sobretudo para beneficiados dos programas redistributivos de renda. Assim, a ação integrada dos programas emancipatórios e sua articulação com os programas redistributivos constituem uma inovação considerável.

Do terceiro bloco programático fazem parte os programas comprometidos com a promoção do desenvolvimento local. De um lado, há o Programa de Reestruturação Produtiva e Relações de Trabalho direcionado ao apoio de reconstituição de elos de cadeias produtivas, recuperação de empresas falidas e investimentos em condomínios de cooperativas. De outro, o Sistema de Alocação Pública de Trabalho, que busca organizar o mercado de trabalho oferecendo alternativas de demanda de ocupação e negócios, por meio da constituição de Centros de Desenvolvimento Local e Solidário (CDLS), que servirão também como postos de atendimento dos beneficiários dos programas sociais. O apoio à constituição de uma rede institucional voltada à articulação do conjunto dos agentes econômicos regionais é papel imprescindível da administração local em prol do desenvolvimento multipolar no município de São Paulo.

■■■ continuação

No primeiro bloco programático inscreve-se o conjunto de políticas públicas constituído por quatro programas redistributivos de renda no território paulistano.

■ **Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima (PGRFM)** - voltado para as famílias pobres com dependentes em idade escolar de até 16 anos incompletos, diante de uma complementação monetária média de R\$ 106,00 associada à frequência escolar.

■ **Programa Bolsa Trabalho (PBT)** - visa atender aos jovens desempregados de 16 a 20 anos de idade, pertencentes a famílias pobres, como forma de garantir uma renda vinculada à frequência escolar e à capacitação adicional no desenvolvimento de atividades comunitárias. O valor do benefício é de R\$ 137,00 (R\$ 81,00 do valor da bolsa e R\$ 56,00 de auxílio-transporte).

■ **Programa Operação Trabalho (POT)** - direciona-se aos trabalhadores desempregados de longa duração, especialmente aqueles na faixa etária de 21 e 39 anos, fornecendo uma garantia de renda, capacitação e experiência prática laboral. O valor do benefício é de R\$ 295,00 (R\$ 180,00 de bolsa mais R\$ 115,00 de auxílio transporte e alimentação).

■ **Programa Começar de Novo (PCN)** - voltado para os desempregados com 40 anos e mais de idade, buscando atuar positivamente contra os focos de exclusão que se reproduzem cada vez mais entre aqueles que perdem o emprego e não mais conseguem se reinserir no mercado de trabalho. O Começar de Novo, além da formação para reinserção social e no trabalho, paga uma benefício de R\$ 176,00 (R\$ 120,00 da bolsa mais R\$ 56,00 de auxílio-transporte).

Do segundo bloco programático da estratégia paulistana de inclusão socioeconômica fazem parte os programas emancipatórios, comprometidos com a criação de condições de autonomização dos pobres e desempregados no município de São Paulo. Três programas destacam-se, sendo que dois deles encontram-se direcionados à capacitação maciça dos beneficiados dos programas redistributivos de renda. Tratam-se fundamentalmente dos programas Oportunidade Solidária (POS) e Capacitação Ocupacional e Aprendizagem em Atividades de Utilidade Coletiva.

desenvolvimento econômico e geração de renda - 15

■■■ continuação

De acordo com a PAEP, a participação do valor adicionado da RMS, em 1996, correspondia a 60,4% do total do Estado, em se tratando da Indústria, 51,6% no Comércio e 90,8% nos Serviços de Informática. Para o município de São Paulo, esses mesmos dados apontam para uma participação de 33,1% no valor adicionado industrial do Estado, 36,8%, em se tratando do comércio, e 66,5%, nos serviços de informática. Percentuais praticamente idênticos se repetem para a participação do pessoal ocupado em cada um desses setores, não permitindo caracterizar um movimento nítido de desindustrialização da cidade. O que sim é inegável é o forte movimento de diminuição do emprego industrial, fenômeno este aliás quase que universal.

Assim, a face perversa desse processo, movido tanto pela reestruturação produtiva quanto pela política econômica do Governo Federal, foi o crescimento acelerado do desemprego, além da precarização das relações de trabalho e do aumento de sua informalização. A tabela 1 a seguir, mostra, com dados do SEADE / DIEESE, que, ao longo dos anos 90, a taxa de desemprego no município de São Paulo praticamente dobrou, informação também apresentada no Gráfico II.

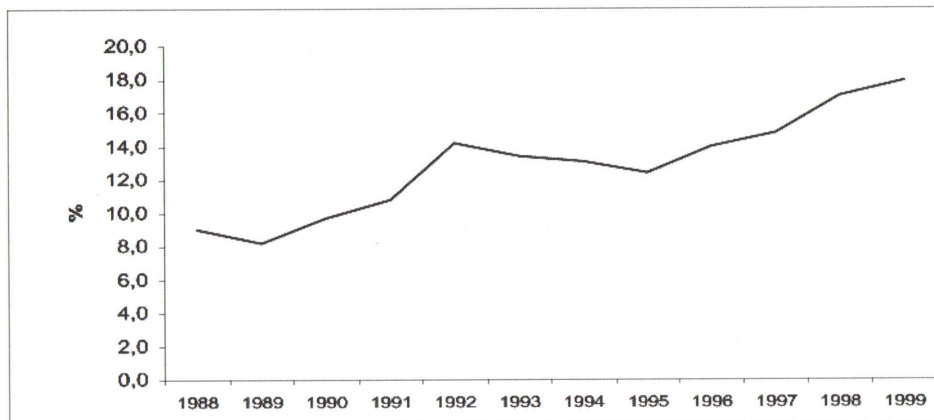
Tabela 1
Distribuição da População em Idade Ativa,
segundo situação ocupacional
Município de São Paulo - 1990 / 1999 (%)

ano / situação ocupacional	população em idade ativa	população economicamente ativa	ocupados	desempregados
1990	100,0	60,8	54,9	5,9
1991	100,0	s.i.	s.i.	s.i.
1992	100,0	61,9	53,1	8,8
1993	100,0	61,8	53,5	8,3
1994	100,0	61,3	53,3	8,0
1995	100,0	61,5	53,9	7,6
1996	100,0	62,4	53,7	8,7
1997	100,0	62,3	53,1	9,2
1998	100,0	62,4	51,7	10,7
1999	100,0	62,9	51,7	11,2

Fonte: Convênio SEADE-DIEESE. Pesquisa de Emprego e Desemprego. (s.i.: sem informação)

desenvolvimento econômico e geração de renda - 04

Gráfico 2



Fonte: Convênio SEADE-DIEESE. Pesquisa de Emprego e Desemprego. (*) Valores de nov/99

A tabela a seguir mostra outros dados sobre mercado de trabalho, incluindo também a Região Metropolitana de São Paulo, e que apontam na mesma direção: crescimento do desemprego e queda do rendimento médio real, particularmente nos setores industriais (indústria de transformação e construção civil).

Tabela 2

Desemprego total, rendimento médio real e distribuição dos ocupados por setores de atividade
Região Metropolitana e Município de São Paulo - 1988 / 1999

	Região Metropolitana			Município de São Paulo		
	1998	1999	variação 98/99	1998	1999	variação 98/99
desemprego	11,1	21,80	96,40%	9,00	17,90	98,89%
rendimento médio real*	971,00	868,00	-10,61%	1021,00	962,00	-5,78%
% emp. na indústria	32,20	19,60	-39,13%	29,10	18,00	-38,14%
% emp. no comércio	14,10	16,10	14,18%	14,90	15,80	6,04%
% emp. nos serviços	41,60	52,70	26,68%	44,50	54,80	23,15%
% emp. na const. civil	4,30	2,30	-46,51%	4,00	2,20	-45,00%
% emp. nos serviços domésticos	6,90	8,90	28,99%	6,80	8,80	29,41%

Fonte: Convênio SEADE-DIEESE. Pesquisa de Emprego e Desemprego. Valores de nov/99

A Estratégia Paulistana de Combate à Pobreza, ao Desemprego e à Desigualdade

A definição de uma nova geração de política social e do trabalho emerge da opção tomada pela maior parte da população da cidade de São Paulo nas eleições municipais de 2000. Para não cometer os vícios e equívocos produzidos pela projeto neoliberal, que levou à focalização dos recursos públicos e à fragmentação das ações governamentais, o governo paulistano optou pela introdução de duas principais inovações na nova estratégia paulistana de rompimento do ciclo estrutural de pobreza e de desigualdade de renda no país.

A primeira inovação funda-se numa importante reformulação administrativa das ações do governo municipal no campo das políticas social e do trabalho. Em vez da opção pela redução inconseqüente do papel do Estado, implícita nas políticas de corte neoliberal em curso no Brasil desde 1990, por meio da demissão irracional de funcionários públicos, do perverso rebaixamento das remunerações e das privatizações sem critério, procura-se modernizar a capacidade de operacionalização das ações do governo municipal. A implementação e a condução da estratégia paulistana priorizam a integração e articulação das mais diferentes secretarias municipais, assim como a parceria com a sociedade.

A segunda, resulta da constituição de três grandes blocos de programas integrados e articulados que têm por objetivo redistribuir a renda, incentivar a emancipação econômica dos mais carentes, investir na geração de postos de trabalho e no desenvolvimento local, com critérios universais de atendimento aos excluídos, especialmente pobres e desempregados.

Os programas não distribuem renda apenas, não são compensatórios nem assistencialistas. É um conjunto articulado, cujo objetivo é dar condições de o beneficiado ter uma nova reinserção social e no trabalho e também recuperar setores da economia da cidade.

Em 2002, 280 mil famílias ou quase 1,2 milhão de pessoas estarão beneficiadas pelos programas. Isso representa 12% da população do município, é o maior conjunto de medidas sociais e de desenvolvimento do planeta.

■■■continuação

- incentivar e apoiar a criação de cooperativas de produção e consumo;
- integrar as ações de fomento à economia social através da criação de Centros de Desenvolvimento Local e Solidário, potencializando as oportunidades de crescimento locais;
- potencializar a existência e utilização dos equipamentos públicos no sentido de transformá-los em instrumentos de participação e inclusão social;
- pautar as ações econômicas municipais na perspectiva da articulação metropolitana.
- desenvolver relações nacionais e internacionais com outras cidades, organismos de cidade, governos nacionais e municipais e instituições multilaterais visando a ampliar parcerias e convênios de interesse da cidade.



■■■continuação

Em 2000, o total de emprego na indústria representava 20,8% do total do emprego formal do município, bem menos do que os 29,4% de 1991. Com isso, o crescimento da participação no emprego total do comércio - de 11,3% em 1991 para 15,2% em 2000 -, dos serviços - de 29,7% para 38,0% -, e da administração pública - de 20,3% para 26% - deve ser considerada, em parte, como efeito da redução do emprego no setor industrial. Ademais, o setor de serviços, que possuía uma participação no emprego praticamente idêntica à indústria em 1991, agora é o que tem a maior representatividade.

A distribuição distrital da população mostra que quase $\frac{1}{4}$ dela (23,8%), o que significa 2,48 milhões, está concentrada em apenas 10 de um total de 96 distritos (Grajaú, Sapopemba, Brasilândia, Jardim Ângela, Cidade Ademar, Capão Redondo, Jardim São Luís, Sacomã, Jabaquara e Itaim Paulista). Se considerarmos a distribuição de metade da população, constata-se que esta se encontra localizada em 27 distritos, ou seja, metade da população do município reside em pouco mais de $\frac{1}{4}$ dos distritos.

Quanto ao perfil etário da população observa-se que os maiores contingentes de crianças e adolescentes (0 a 15 anos) estão nos distritos de Grajaú, Sapopemba, Jardim Ângela, Brasilândia, Capão Redondo, Itaim paulista, Jardim São Luís, Cidade Ademar, Cidade Tiradentes, Itaquera, Sacomã, Campo Limpo, Cidade Dutra e Lajeado que, juntos, representam 36% (1,0 milhão) do total da população dessa faixa etária, sendo que desse total o número de crianças e adolescentes do sexo masculino (50,3%) é ligeiramente superior ao de mulheres (49,7%).

Na faixa etária de 16 a 19 anos, 36% dos jovens (287 mil) dessa faixa encontram-se nos distritos anteriormente listados, adicionando-se a esses o Jabaquara, o que mostra uma forte concentração de população jovem nestes distritos. Desse contingente populacional, 51,4% são do sexo feminino e 48,6% do sexo masculino.

No grupo das pessoas com idade entre 20 e 39 anos - faixa que representa $\frac{1}{3}$ do total da população do município - incluem-se à lista anterior os distritos de Tremembé e Pirituba, chegando-se a 36,9% (1,35 milhão de pessoas) da população desta faixa etária. Desse total temos que 51,7% (653 mil pessoas) são mulheres e 48,3% (653 mil pessoas) são homens.

■ ■ ■ c o n t i n u a ç ã o

Já entre a população com 40 anos ou mais observa-se uma maior desconcentração distrital relativamente às demais faixas etária. Para se chegar a 36,6% (1,16 milhão de pessoas) da população desta faixa, deve-se somar a população de 21 distritos (Sapopemba, Sacomã, Grajaú, Jabaquara, Cidade Ademar, Brasilândia, Jardim São Luís, Capão Redondo, Vila Mariana, Itaquera, Pirituba, Saúde, Cidade Dutra, Santana, Jardim Ângela, Freguesia do Ó, São Lucas, Itaim Paulista, Penha, Vila Medeiros e Campo Limpo), sendo que deste total 45% (523 mil pessoas) são homens e 55% (640 mil pessoas) mulheres.

Pelos dados anteriores verifica-se que à medida que a idade aumenta, incorporam-se distritos mais próximos da região central da cidade, refletindo a concentração de famílias mais jovens da população na periferia da cidade. À medida que se passa para as faixas de maior idade, detecta-se que esta população tem maior presença nos distritos mais centrais e estruturados.

No que tange a escolaridade da população com 5 anos ou mais de idade, observa-se que a taxa de alfabetização é menor nos distritos mais periféricos e com maior presença de população jovem, aumentando essas taxas à medida que se move para os distritos mais centrais e estruturados. Ademais, fica patente a menor taxa de alfabetização nos distritos onde estão localizadas as famílias de menor renda e vice-versa.

Entre os distritos com menores rendas médias em 2000 estavam àqueles situados na periferia mais distante: Marsilac, Lajeado, Jardim Ângela, Jardim Helena, Iguatemi, Itaim Paulista, Grajaú, Cidade Tiradentes, Parelheiros e Perus. Do outro lado, entre os de maiores rendas médias encontram-se Morumbi, Moema, Jardim Paulista, Alto de Pinheiros, Itaim Bibi, Pinheiros, Consolação, Campo Belo, Perdizes, Santo Amaro. Destaca-se a gritante diferenciação de renda entre os distritos de maiores e menores rendas médias. Tomando a renda média do distrito como proporção da renda média do distrito de menor renda, evidencia-se essa distorção; enquanto que a renda média do distrito de Perus - o décimo distrito de menor renda - é 0,42 vez maior que a do distrito de Marsilac, o distrito do Morumbi - o de maior renda média - é 13,54 vezes maior.

Cumprindo ainda frisar que o perverso processo de dualização da cidade, decorrente tanto de fatores relativos à nova dinâmica do capitalismo,

desenvolvimento econômico e geração de renda - 07

Diretrizes do Desenvolvimento Socioeconômico Municipal

- potencializar economicamente e tornar socialmente mais justa a arrecadação tributária;
 - dirigir o uso dos recursos públicos para projetos com retorno social;
 - desconcentrar as atividades econômicas do município, articulando políticas administrativas, de geração de renda e de fomento a atividades locais, valorizando as áreas marginalizadas da cidade e potencializando a inclusão social;
 - fomentar iniciativas visando atrair investimentos, públicos ou privados, nacionais e estrangeiros, compatibilizando crescimento econômico com justiça social e equilíbrio ambiental;
 - implementar projetos e operações urbanos voltados a interferir nos critérios de decisão locacional das empresas, captar e redirecionar parte da valorização fundiária e imobiliária urbanas e alcançar uma configuração do espaço público socialmente mais equânime e territorialmente mais harmônica;
 - implementar políticas distributivas e de transferência de renda, promovendo atendimento integral à população de baixa renda;
 - qualificar e requalificar a mão-de-obra, aumentando as oportunidades de emprego da população de baixa renda;
 - multiplicar as atividades de geração de emprego e renda, estimulando atividades econômicas intensivas em mão-de-obra;
 - incentivar os pequenos empreendedores viabilizando seu acesso ao crédito;
- desenvolvimento econômico e geração de renda - 12**

■ ■ ■ c o n t i n u a ç ã o

papel de grande importância, junto ao Congresso Nacional, no sentido de reverter esse quadro. Ainda no plano tributário, a aprovação recente do **IPTU progressivo** vai atuar no mesmo sentido de tornar mais saudável financeiramente o município, bem como mais justa a distribuição dos tributos.

○ **Plano Diretor**, as **alterações na política tributária**, o **Orçamento Participativo**, a descentralização política e administrativa da gestão urbana através da implementação das **Subprefeituras**, os **programas de geração de emprego e renda**, o fomento da **economia solidária**, a formulação e colocação em prática dos **Planos Diretores Regionais**, a implantação do **Governo Eletrônico**, além das amplas estruturas participativas nas quais a maioria desses processos se sustenta, são compromissos políticos da atual administração e combinam-se para constituir uma totalidade integrada, voltada à democratização e ao desenvolvimento da cidade.

A dinamização das forças sociais que esse processo deve desencadear constitui o maior patrimônio que a cidade pode ostentar e certamente reverte de modo poderoso sobre as vantagens estratégicas de São Paulo, sedimentando a base real de um verdadeiro esforço de desenvolvimento orientado para o ser humano.

Em função deste diagnóstico, deste quadro e destes compromissos, são as seguintes as diretrizes que nortearão as ações a serem desenvolvidas e os correspondentes gastos em investimentos e programas de duração continuada nos próximos anos.



■ ■ ■ c o n t i n u a ç ã o

quanto da política econômica do governo central, foi potencializado pela ausência, nos últimos anos, de um poder local ativo e socialmente comprometido, gerando uma situação de acúmulo de déficits de variada ordem que, no limite, ameaçam a própria sobrevivência do município como pólo econômico.

Essa divisão fica claramente configurada quando observamos os índices de exclusão e a densidade demográfica das várias regiões da cidade. Se tomarmos os índices de exclusão relativos a desenvolvimento humano (IEX-DH), estimados pelo "Mapa da Exclusão/Inclusão Social da Cidade de São Paulo - 2000", perceberemos que, dos 96 distritos da cidade, apenas 29 não os têm negativos, e estes agregam, em seu conjunto, apenas 2,1 milhões dos 10,4 milhões de habitantes da cidade. De acordo com esse índice, portanto, 4/5 da cidade é composta por excluídos. Se considerarmos as áreas de exclusão absoluta, onde o IEX-DH se aproxima de -1, chegaremos a 30 distritos, que conjuntamente abrigam cerca de 4,5 milhões de pessoas.

A situação não é muito diferente quando consideramos os índices de exclusão por renda existentes no mesmo Mapa. Sob esse critério contamos, dentre os 96 distritos da cidade, 25 distritos com índices de exclusão acima de 50%, mas nesses 25 distritos vivem cerca de 4 milhões de pessoas. Não por acaso, a coincidência entre os dois conjuntos de distritos, os 30 com maiores índices de exclusão com relação a desenvolvimento humano e os 25 com maiores índices de exclusão por renda é quase completa. Ainda com relação à renda, os distritos que podem ser considerados como de inclusão social são 42, mas abrigam apenas 3,3 milhões de pessoas, ou seja, sob esse critério, mais de 2/3 da população da cidade tem renda média familiar que obriga a enquadrá-los dentre os excluídos.

■■■ continuação

Espaço urbano, mudança social e o papel do governo da cidade

Presentemente, cabem aos governos locais - em particular, às grandes cidades - novas e irrenunciáveis tarefas na potencialização dos recursos locais, na conjunção de esforços para a promoção do crescimento, na criação de contrapartidas sociais, ambientais e urbanísticas aos investimentos e ao uso do solo, bem como interferir, nos fóruns existentes, na definição de políticas em outros âmbitos de governo, inclusive externos.

Por seu turno, não obstante suas novas configurações, os Estados-nacionais continuam sendo marcos referenciais insubstituíveis na estrutura mundial contemporânea. A íntima associação entre o poder econômico e os estados é congênita à evolução do sistema capitalista. Os municípios e as regiões, no Brasil como em quase toda a parte, sofrem mais em função das decisões de política econômica nacional que das injunções globais, as quais, amiúde, têm seus efeitos corroborados e potencializados pelas primeiras, em prejuízo de suas populações.

Mas nem tudo pode e deve ser imputado às outras esferas de governo ou às supostas inexorabilidades da globalização. Um poder local, do porte da capital paulista, está destinado a cumprir um papel cujas repercussões ultrapassam as fronteiras regionais ou o âmbito estritamente econômico, para atingir dimensões políticas e culturais.

A ação do governo de uma megacidade logra efetiva capacidade de interferência em processos de decisão macroeconômica, através, principalmente, de estratégias e políticas de gestão do espaço urbano, em que o poder arbitral do Estado pode garantir a função social da propriedade.

Intervenções públicas conseqüentes, democraticamente informadas e economicamente referenciadas devem estar calcadas na utilização de instrumentos criativos de requalificação e criação de novas centralidades urbanas, no interior de processos de planejamento abrangentes capazes de envolver o conjunto da coletividade, reforçando os dispositivos legais previstos no Estatuto da Cidade.

■■■ continuação

Tais estratégias de gestão físico-territorial não prescindem, nem visam substituir, o indispensável aporte de políticas públicas consistentes e democráticas nos níveis estadual e, principalmente, federal, assim como a perspectiva, no marco de ações concertadas na arena internacional, da alteração substancial da atual ordem mundial que penaliza os pobres do planeta.

Significam, contudo, que perante influxos de capital de natureza globalizada, impõe-se ao governo de um núcleo urbano da dimensão de São Paulo a recuperação da capacidade de indução do setor público sobre o investimento privado, através de parcerias e negociação de contrapartidas de cunho societário à ação empresarial, que, no fundo, vão beneficiar a todos, implicando a melhoria geral da qualidade de vida.

O projeto de Lei do novo **Plano Diretor Estratégico da Cidade de São Paulo**, atualmente em fase final de discussão pública e em vias de ser submetido ao exame e aprovação da Câmara Municipal, prevê mecanismos de reversão do quadro de exclusão social reinante e de potencialização do desenvolvimento econômico com justiça social. A gestão do uso do solo pelo poder público, cujos recursos serão provenientes da cessão onerosa do direito de construir acima do coeficiente básico permitido e canalizados para um Fundo Municipal de Urbanização, possibilitará investimentos descentralizados em habitação social, transporte público, infraestrutura e meio ambiente, com repercussão significativa sobre a geração de emprego e renda e a qualidade de vida no conjunto da cidade.

Ademais, é preciso deixar claro que o Plano Diretor, bem como os expedientes econômicos dele derivados, por mais importantes que sejam, constituem apenas um dos instrumentos da Reforma Urbana. No plano estritamente tributário, por exemplo, **minimizar a guerra fiscal que atualmente penaliza o Imposto sobre Serviços (ISS)** é tarefa das mais importantes para a saúde financeira do Município. Considerando a tendência de crescimento cada vez maior do setor terciário, o ISS constitui hoje o tributo municipal mais expressivo, ao lado do IPTU. A cidade de São Paulo, pela importância econômica e política que detém, pode e está desempenhando, por meio da ABRASF (Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais), desde o início da atual gestão, um